

Requerimento

"Desde há longos anos que os Lajenses aspiram a um máximo de condições de segurança, que reduzam os riscos de sofrerem os avultados prejuízos causados nas suas residências e em outros haveres, pelas "invasões/galgamentos" que o mar alteroso/tempestuoso do quadrante oeste, ciclicamente provoca naquela Vila. Esta aspiração legítima constou do compromisso eleitoral do Partido Socialista, nas eleições legislativas de 1996 e está consagrada no Programa do actual Governo Regional da responsabilidade do P.S..

Foi aliás em 1986, que o Presidente da Câmara — Manuel Paulino Costa, decidiu encomendar os primeiros estudos à HP — Hidrotécnica Portuguesa, que apresentou então três hipóteses de obras de protecção, para minimizar, que vão evitar por completo, os referidos galgamentos do *mar de oeste*, na vila das Lajes.

Por falta de empenhamento do departamento governamental competente, dessa época, os indispensáveis ensaios laboratoriais (simulação em modelo reduzido dos galgamentos) só vieram a ser efectuados no L.N.E.C, quase uma década depois, acompanhados de perto pelo Vereador Leonildo Machado e ficaram concluídos na vigência do VI Governo Regional (1996) - dez anos depois - não tendo sido lançado, nem sequer preparado (ao que consta) o indispensável concurso para o **estudo de impacto ambiental das obras** que, por maioritário entendimento público, foram julgadas as mais **adequadas, a uma eficaz protecção da orla costeira lajense.**

Foi pois, na vigência do actual Governo - compromisso assumido pelo Sr. Presidente do Governo Regional, acompanhado pela Sra. Directora Regional do Ambiente aquando da visita do Governo às Lajes do Pico, em Junho de 1997- e depois da preparação e definição do caderno de encargos, que o respectivo concurso foi lançado em fins de 1997 e cujo acto de consignação ocorreu nas Lajes do Pico entre o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente e a firma *Impacte*, em Julho de 1998.

Conforme informação veiculada pela Direcção Regional de Ambiente, nos primeiros meses deste ano, a firma adjudicatária pediu a prorrogação do prazo inicial de entrega do relatório final do referido estudo de impacto ambiental e, só agora, foram finalizados os respectivos estudos, informação esta transmitida publicamente hoje, no decorrer das II Jornadas Interdisciplinares promovidas pela Escola Básica e Integrada/Secundária das Lajes do Pico, na Conferência proferida pelo Biólogo da Universidade dos Açores - Dr. Sérgio Ávila, subordinada ao tema: *Plataforma Costeira dos Lajes do Pico*.

Segundo a **opinião da equipa de Biólogos da Universidade**, que trabalhou este estudo, as muralhas projectadas para a *Maré* (170 metros comprimento x 6 metros acima do zero hidrográfico), *Lagido* (235 metros e mesma cota de altura) e a sul do Caneiro na *plataforma costeira/frente litoral* (270 metros - 4 metros acima zero hidrográfico - 11 metros de largura), colidem com a preservação dos ecossistemas dessas zonas.

Continuando a citar o conferencista, são ainda condicionantes:

- a Plataforma costeira foi classificada de SIC - Sítio de Interesse Comunitário (*habitats protegidos*);

- Está considerada como:
- Zona objecto de protecção dos ecossistemas litorais identificados na carta de condicionantes do PROTA;
- Zona de protecção especial para as Aves dos Açores, Directiva Comunitária 79/409/CEE e Dec. Lei 75/91 de 14 de Fev.;
- Constitui um Biótopo Corine desde 1987;
- Faz parte da Rede Natura 2000, Directiva Comunitária 92/43/CEE - Dec. Leg. Reg. 226/97 de 27 de Agosto;
- Possui Aves migratórias, logo está protegido pela Convenção de Berna Dec. Lei n° 316/89 de 22 de Set. e anexos;
- Possui o maior viveiro de **Meros** nos Açores (segundo o Dr. José Azevedo da U. A.) - espécie protegida pelo Dec. Leg. Reg. 20/83/A, de 11 de Mar.;

Em face do acima exposto e ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, o deputado signatário solicita a V. Exa. as seguintes informações:

- Considerando que, em princípio, as suas recomendações são de carácter vinculativo (aplicação obrigatória), qual o parecer e que resultados imediatos terá o **estudo de impacto ambiental**, efectuado nas zonas de implantação das obras de Protecção da Orla Costeira das Lajes do Pico e recentemente entregue ao Governo Regional - SRAPA ?

Estas obras, de considerável dimensão financeira - 800 mil a um milhão de contos - deverão ser candidatas ao III Quadro Comunitário de Apoio da União Europeia a ter início em 2000, conforme promessa deste Governo e dos Deputados que o apoiam, pelo que, caso seja necessário efectuarem-se

novos ensaios no L.N.E.C. para a reformulação do **respectivo projecto definitivo, tomando em atenção as recomendações do referi do estudo de impacto ambiental**, têm de ser realizados em tempo útil. Assim sendo, **quais as medidas que serão tomadas**, em face do parecer do referido estudo e **para que se concretize, duma vez por todas, esta velha aspiração dos Lajenses?**

Ilha do Pico, Vila das Lajes, 17 de Abril de 1999.

O Deputado Regional Rui Pedro Ávila"